

"Vim para confundir, não para explicar"

CUNHA, Albertino Aor da. **Telejornalismo**. São Paulo, Ed. Atlas S. A., 1990.

A televisão brasileira está comemorando os seus 40 anos. É este um bom momento para uma reflexão mais profunda sobre o papel da televisão em nossa sociedade: emissoras de tevê fazem retrospectivas, recuperamos um pouco da nossa história e o mercado editorial lança mais títulos sobre televisão. É desta nova safra bibliográfica que surge o livro "Telejornalismo".

Resenhar: fazer resenha de; relatar minuciosamente. Enumerar por partes. No caso do livro **Telejornalismo**, uma tarefa impossível. Não se pode chegar aos detalhes do trabalho, uma vez que o livro só comporta críticas de fundo: não há um plano geral de abordagem do fenômeno telejornalístico, o texto é fragmentado, os títulos dos capítulos não têm relação com seu conteúdo, não há um encadeamento lógico entre os diferentes capítulos, temas se repetem de um capítulo a outro, questões fundamentais dentro de determinados temas não são tratadas, as incongruências são flagrantes, a desconexão entre parágrafos é brutal e tudo isso vira um samba do crioulo doido, onde flutua soberana a máxima do velho guerreiro: **eu vim aqui para confundir, não para explicar**.

O livro traz uma visão preconceituosa, fragmentada e incompetente do jornalista e do seu papel na sociedade contemporânea. Some-se a isto o fato do autor desconhecer o trabalho do jornalista de televisão, escamoteando-se com intermináveis citações em latim, in-

glês ou francês (109 ao todo, sem contar os termos técnicos em Inglês usados em televisão), buscando respaldo em manuais americanos dos anos 50, quando ainda nem existia o vt, e deixando transparecer uma ética, bastante pessoal, de subserviência a interesses políticos ou comerciais. Isso sem falar na sua postura subjacente, de preconceitos raciais explícitos e em relação à mulher.

Este não é, definitivamente, um livro sobre telejornalismo. Na verdade, são reflexões feitas a partir do jornalismo impresso, copiadas de manuais das décadas de 40 e 50, e a partir da teoria cinematográfica, metamorfoseados para aquilo que o autor imagina ser o **fazer telejornalístico**. Mas ele não pára por aí, buscando subsídios em outras áreas: recorre à arte da oratória — afinal, os repórteres falam! —, e como os repórteres, além de falar, devem decorar o seu texto para dizê-lo frente à câmera, a ativação da memória por meios artificiais, na opinião do autor, é indispensável: ele recorre agora à **mnemônica**. Além disso, lança mão da teoria das cores, relatando os efeitos psicológicos de determinadas cores, concluindo solenemente que, para o repórter, **a cor de uma camisa não pode ser branca e sim, de preferência, cor palha, gridelém, celeste, creme, verde-clara** (p. 65).

Das cores, o autor salta para próximo à teoria da gênese racial, para dar conselhos de maquiagem aos diferentes tipos humanos em relação ao tom da pele, que segundo ele, pode ter **as seguintes principais cores: branca, preta, vermelha e azeitonada** (p. 66).

A transposição indevida do jornalismo impresso para o televisivo começa já no Capítulo 1 (p. 11 a 22): **De las Noti-**

cias Hay Tantas Definiciones como del Amor. Discutindo os critérios da notícia, o trabalho não leva em conta a imagem, essência do telejornalismo. Tratando da entrevista (Cap. 2, p. 30), o autor chega a sugerir que o repórter a faça o mais longa possível, sem anotar nada, justamente o contrário daquilo que se preconiza em televisão. Já no Capítulo 3, tratando do uso de verbos no texto televisivo, são dadas dicas que, por anacrônicas, não servem nem para o jornalismo impresso, quanto mais para o de tevê. Para tratar do tema *Crônica*, o autor nem chega a tentar uma transposição do jornal impresso para a tevê (p. 97 a 109): o texto simplesmente se refere à crônica de jornal, não fazendo sentido estar dentro de um livro sobre telejornalismo.

O autor recria na redação de televisão o *copydesk* do jornal, numa transposição direta que não se sustenta na realidade: o repórter de tevê grava o seu texto final na fita e o editor monta este material. Eventualmente, pode existir a figura do redator de tevê, sendo normalmente o editor quem desempenha este papel, mas não com as atribuições do *copydesk*. O autor ignora que o vt informativo, à diferença do texto escrito, maximiza a intenção do repórter e do cinegrafista: pode-se mudar o que está escrito, mas não se altera com facilidade a palavra falada gravada, a não ser pela regravação do material. Há limites claros para a montagem do material audiovisual, o que significa que as regras que regem a linguagem do vt informativo devem ser mais explícitas e acessíveis do que as que governam a palavra escrita e falada. Esta constatação, fundamental para tratar do vt informativo, é ignorada pelo autor.

Do cinema, o autor se apropria da teoria da linguagem cinematográfica, transpondo diretamente os elementos desta linguagem (tratamento do tempo - *slow*, *fast* - e do espaço - movimentos de câmera, composição e enquadramento) para o telejornalismo, sem nem ao menos diferenciar, dentro

do cinema, as peculiaridades da linguagem informativa em relação à ficcional. São algumas páginas a mais, completamente dispensáveis dentro do tema telejornalismo. No item *Entrevista Coletiva* (Cap. 3, p. 38), o autor se revela extremamente anti-ético. Para começar, o item não trata do tema proposto, mas isso está dentro do espírito do trabalho. O único tema tratado é o eventual lançamento de um produto publicitário. Aqui, o autor assume a posição do anunciante: "O editor do telejornal sabe que aquele fabricante é freguês da emissora. (...) Não custa nada atender ao gentil convite para um coquetel. Essa também é uma forma de compensar a equipe de repórteres em sua árdua labuta diária (...). Uma notinha não custa nada. Contenta gregos e troianos (...). Válido é o relacionamento afável existente entre a emissora e o empresário. Na pior hipótese, cada elemento da equipe enviada ganha uma amostra do produto novo. (...) O importante é, com base em todos esses elementos, que volte para o canal e, lá mesmo na redação, em um cantinho qualquer, grave em *dubbing* o texto com palavras favoráveis ao *status* classe A do novo produto, que abalará o gosto dos consumidores do país" (p. 38-39). Só para ficar dentro do livro, onde estão os critérios da notícia, citados no Capítulo 1?

Para encerrar, reproduzo aqui algumas afirmações feitas no livro, as quais justificam o teor deste comentário, que não pôde ser resenha pelo já exposto anteriormente: (p. 29) Quando o entrevistado estiver sentado, se suas pernas estiverem cruzadas, exprimirá seu desembaraço. O contrário se dará quando o sujeito da entrevista for uma mulher.; (p. 29) sempre que uma mulher mostra a palma da mão, estará cortejando você - quer ela saiba ou não.; (p. 33) o televidente brasileiro é o homem mais mal informado do mundo.; (p. 49) o repórter pode ter

voz rouca, aguda, grave e até perdida em completa afonia.; (p. 61) Disciplina, educação e respeito, em reportagens feitas em quartéis, prisões e conventos, são evidentes. A hierarquia e a supremacia de militares obrigam o repórter (um civil) a se conter.; (p. 67) O correspondente profissional é observador, tem memória aguda e faculdades mentais equilibradas...; (p. 68) O correspondente de guerra é praticamente o convencional correspondente internacional, que se transforma nessa época. Em termos de paz, segue sendo o simples correspondente especial.; (p. 78) O brasileiro não lê e dificilmente o fará um dia.; (p. 83) Não há demérito ou indignidade na expressão mulher. (p. 109) Ancora não pode confundir picada de inseto, ofídio, aracnídeo por mordida de bichos que abocanham; presas com dentes; preço baixo por preço barato; pensão por provento; roubo com furto; mandato com mandado."

A parte técnica do livro é completamente descartável. Mas não é neste aspecto que o autor está mais equivocado, e sim na visão de mundo que se depreende de todo o texto: no final das contas, algo que denigre a imagem dos jornalistas sérios deste país, indigno para o público em geral, inútil para os profissionais de telejornalismo e, no mínimo, desaconselhável para estudantes de jornalismo.

Beatriz Wagner
Universidade Federal de Santa
Catarina

Comunicação em Enciclopédia de Linguagem

CRYSTAL, David - *The Cambridge Encyclopedia of Language*. Cambridge e New York, Cambridge University Press 1987, 472 pp.

Há 22 anos, a editora francesa Gallimar auspiciosamente lançava o volume 25 da renomada *Encyclopédie de la Pléiade*, sob a direção do linguista da Sorbonne André Martinet. Quase 20 anos mais tarde apareceria outro volume, enciclopédico em dimensões e graficamente inovador (*Le Langage* foi impresso em papel bíblia, em preto e branco; a *Enciclopédia Cambridge de Linguagem* usa três cores, em papel couché) em benefício de pesquisadores e estudiosos leigos interessados pela maravilhosa, multifacetada, misteriosa faculdade universal da comunicação: a linguagem.

Um dos mais competentes e versáteis linguistas contemporâneos, o britânico David Crystal, se propõe, nesse trabalho monumental, a revelar um pouco da enorme diversidade lingüística, da complexidade e da beleza comunicacionais decorrentes dos usos das quase 5.000 línguas faladas no mundo.

Para dar-se uma idéia da abrangência da obra, precisaríamos transcrever seu Índice, detalhadamente extenso. Em vez disso, destacaremos os capítulos mais fortemente centrados em comunicação que poderão atrair os colegas da INTERCOM: Capítulo X (*A linguagem no mundo*) e Capítulo XI (*Linguagem e Comunicação*). No décimo capítulo são abordados os problemas das barreiras lingüísticas à comunicação internacional, os princípios e as técnicas da tradução e da interpretação, o desenvolvimento de variedades especiais das línguas em muitos campos de atividade profissional: na ciência (particularmente na medicina), no direito, na imprensa (falada, escrita, televisiva). O capítulo décimo-primeiro focaliza as relações entre a linguagem e outros sistemas de comunicação humana e não-humana.

Além de onze bem escritos e primorosamente ilustrados capítulos, esta Enciclopédia contém oito apêndices, um dos quais consiste em uma enumeração das línguas do mundo. Aos não-iniciados na terminologia lingüística, Crystal oferece um Glossário (20 pp.).

Embora o autor tenha tido a responsabilidade de redigir todos os textos, contou com o indispensável auxílio de notáveis consultores de universidades americanas, britânicas, européias e australianas. Assim, o capítulo sobre **Expressão Gráfica** foi orientado por um especialista do Departamento de Tipografia e Comunicação Gráfica da Universidade de Reading, Prof. Michael Twyman. O capítulo que versa a respeito dos fatores que regulam nossas opções lingüísticas na interação social (pragmática) recebeu assessoria do Dr. Stephen Levinson, autor de consagrado tratado sobre **Pragmatics** (Cambridge University Press, 1983).

Que especialistas brasileiros terão sido mencionados por esta moderníssima enciclopédia? No Índice de autores e personalidades, encontramos **José Paulo Paes** e, no Prefácio, o nome deste resenhador, por seu trabalho pioneiro em prol de uma Declaração Universal dos Direitos Lingüísticos. (Cf. INTERCOM, nº 58; pp. 110-111).

Por sua magnífica capacidade de síntese (veja-se, por exemplo, o tratamento dos temas linguagem da publicidade e linguagem radiofônica), realismo documental e senso didático (no uso de quadros e diagramas), esta obra é indispensável em bibliotecas de instituições e de pessoas que perscrutam a fascinante área dos estudos da linguagem segundo uma perspectiva verdadeiramente interdisciplinar, tal como preconizada e praticada pela INTERCOM.

Francisco Gomes de Matos
Universidade Federal
de Pernambuco

Comunicação em Anuário sobre Paz

**UNESCO Yearbook on Peace and
Conflict Studies - 1987.** Paris,
UNESCO e New York, Green-
wood Press, 1989, 327 p.

Este 9º volume da série dedicada a estudos sobre a Paz e Conflito, a exemplo dos anteriores destina-se a orientação de professores e pesquisadores interessados na referida problemática. Consta de 5 partes: 1. O impacto da corrida armamentista na Educação, Ciência, Tecnologia, Cultura e Comunicação; 2. A corrida armamentista, a indústria bélica e a transferência de tecnologia nos países em desenvolvimento; 3. A corrida armamentista e o processo de reconstrução nacional em países em desenvolvimento; 4. Do desarmamento geral e completo ao Programa abrangente de desarmamento; 5. Atividades, reuniões e programas de pesquisa da UNESCO. Segue-se um Índice (10 p.)

Aos especialistas em comunicação interessará o capítulo 3: **Cultura, Comunicação e Educação (77-131)**. Seus autores, membros do Instituto Internacional de Pesquisas sobre a Paz (Oslo, Noruega), analisam o impacto da corrida armamentista na **comunicação**, caracterizando este processo o **fluxo de informação inteligível entre agentes comunicativos**. Salientam que o **direito à comunicação** pode originar-se da liberdade de consciência e de pensamento, da liberdade de expressão e de imprensa e da liberdade de informação. O direito de exercer as atividades de buscar, receber e transmitir informações constituiria, assim a essência da comunicação humana.

Acrescentam, os irenólogos noruegueses, que o direito de comunicar-se deveria beneficiar as pessoas, as coletividades e a comunidade mundial como um todo. Segundo eles, a corrida armamentista influenciaria a comunicação de três maneiras: (1) restringindo a liberdade comunicativa de indivíduos e grupos; (2) monopolizando e verticalizando a comunicação em um país e acarretando uma comunicação negativa e destrutiva; (3) tecnologizando demais a comunicação, incrementando o uso de operações computadorizadas complexas como base

para as decisões humanas mais importantes.

Em suma, os cientistas da paz concluem que o impacto da corrida armamentista tem como consequência uma desumanização extrema. Após esclarecerem que é mais fácil comunicar-se sobre a violência e a guerra do que sobre a paz, exemplificam como a linguagem usada no Discurso Nuclear pode exercer uma forte influência na representação e apresentação da realidade. Assim, quando um míssil teleguiado recebe o nome de um pássaro, neutraliza-se a terminologia negativa que o mesmo poderia ter tido.

Questões controversas e provocadoras são levantadas: até que ponto os interesses armamentistas influirão – controlarão – a Educação? A segurança nacional requer sigilo informacional até que ponto? Por que o sistema de relações internacionais, tal como apresentado em livros didáticos (especialmente de História), se reduz muitas vezes a fórmulas estereotipadas?

A PAZ vem sendo objeto de atenção e pesquisas por instituições e publicações sérias em muitos países. Um exemplo do empenho institucional: a Universidade das Nações Unidas (Tóquio), através de seu Projeto de Paz e Transformação Mundial aborda várias áreas problemáticas, uma das quais centrada no papel da tecnologia comunicacional. Para ilustrar o interesse de revistas especializadas, destacaríamos **MULTILINGUA**, *Journal of Cross-Cultural and Interlanguage Communication*, publicada por Mouton De Gruyter, Berlim.

Essa revista de comunicação intercultural publicou um número especial (Vol.7,1/2,1988) sobre *Discourse of the Nuclear Arms Debate*. E entre nós?

A Revista de Cultura Vozes (Setembro/Outubro de 1989, nº 5), em número especial dedicado à Ciência e Tecnologia, traz um artigo de Renato Dagnino (engenheiro, economista e professor do Departamento de Política

Científica e Tecnológica da UNICAMP) sobre Indústria Bélica e Desenvolvimento Científico e Tecnológico no Brasil. Em suas reflexões críticas, o referido especialista esclarece como são geradas a maioria das informações sobre a indústria brasileira de armamentos e enfatiza que "os parlamentares brasileiros.....deveriam fiscalizar as ações do Executivo na matéria, cuidando, pelos menos, para que a população dispusesse de elementos suficientes para formar um juízo abalizado sobre o tema,...(525).

Aos comunicadores interessados na Paz – dos níveis intrapessoal ou interpessoal ao internacional – o volume da UNESCO é fonte indispensável.

Francisco Gomes de Matos
Universidade Federal de
Pernambuco, Recife

Comunicação, Ciência e Autonomia

MELO, José Marques de - *Comunicação e Modernidade*. São Paulo, Edições Loyola, 1991, 166 pp.

Comunicação e Modernidade é um livro instigante. Não dá um momento de trégua ao leitor, pois não permite uma leitura ociosa. É o relato de sucessivos momentos de decisão, onde compromissos são assumidos, entidades fundadas, metas definidas, congressos marcados. O texto é sedutor, porque a trajetória de José Marques de Melo e sua relação com os estudos de comunicação representam um constante exercício de sedução no sentido baudrillardiano das trocas simbólicas.

No prefácio do livro, o autor demonstra os termos destas trocas quando constata: "cotidianamente, amplia-se o contraste entre a letargia da nossa vida

universitária e o ritmo trepidante das engrenagens ocupacionais, plenamente sintonizadas com a planetarização econômica e transnacionalização cultural, hoje irreversíveis". Nesta linha, recupera o pensamento de Umberto Eco, que desde *Apocalípticos e Integrados*, até as mais recentes declarações, afirma que o intelectual omissio diante da produção da indústria cultural, ainda que crítico dela, é automaticamente um cúmplice submisso diante das engrenagens do sistema produtivo. O autor assume ainda a frente da integração latino-americana, quando traz a presidência da Associação Latino-Americana de Pesquisadores da Comunicação, ALAIC, para o Brasil.

Há, no entanto, uma preocupação centralizadora que, sendo o núcleo do livro, unifica os treze capítulos, estendendo-se também aos três textos do apêndice. É a preocupação com a **Autonomia dos Estudos de Comunicação**. "Graças à atuação da ALAIC, a Comunicação foi reconhecida como área autônoma de pesquisa acadêmica, sem naturalmente refugar a articulação interdisciplinar, uma característica intrínseca das Humanidades", escreve José Marques de Melo. Esta asserção representa uma resposta às indagações surgidas recentemente, por ocasião do II Congresso Brasileiro de Estudos de Comunicação, quando alguns pesquisadores e estudantes de comunicações formularam a questão sobre se havia realmente uma autonomia da Comunicação enquanto Ciência, e qual a natureza do seu objeto de estudo. Acentua também a importância da obra colocada agora no mercado editorial,

para avanço dos estudos da área em questão.

No conjunto, **Comunicação e Modernidade** é o resumo de uma trajetória que lembra momentos do autor ocupando o cargo de chefe de gabinete da Secretaria de Educação do Governo Miguel Arraes e depois o de diretor administrativo do Movimento de Cultura Popular, em 1964, até o momento atual, 1991, quando, comemorando 25 anos de magistério universitário é escolhido para ocupar a **Cátedra UNESCO de Comunicação** na Universidade Autônoma de Barcelona, durante o ano acadêmico de 1991/1992. Em todos estes momentos, seus textos revelam a indagação permanente sobre a identidade do campo científico em que atua, conseguindo responder aos problemas com um nível de excelência máxima.

A capa, em tons laranja, azul e negro, é talvez a melhor de seus livros, o que se justifica, pois é vitrine de um dos conteúdos mais notáveis até hoje publicados na área da Ciência da Comunicação, onde o autor torna transparente sua experiência de cientista, intelectual, pesquisador e homem de ação. É marco histórico que legítima a autonomia da comunicação como Ciência.

Evidentemente é um livro polêmico, pois a autonomia suscita indagações. Só quem estiver pronto para enfrentar o exercício da liberdade/responsabilidade pode assumi-lo integralmente. Aos estudiosos da Comunicação fica a obrigação da leitura e a possível perplexidade da sedução.

Glória Kreinz

Universidade de São Paulo